

DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. -
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Diamantina Eólica Participações S.A. - Em Recuperação Judicial
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Diamantina Eólica Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Diamantina Eólica Participações S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a controladora Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial e determinadas controladas, protocolaram em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) captação de empréstimo DIP; ii) alienação da UPI Fase B e UPI Brasil PCH; iii) alienação da UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos ventos; iv) quitação de empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento; e v) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A Controladora e suas controladas vem atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas, sobre as quais emitimos relatório como modificação quanto a ausência de aprovação das demonstrações contábeis e destinação dos resultados de exercícios anteriores. Com a aprovação em Assembleia Geral Ordinária das demonstrações contábeis e destinação dos resultados de exercícios anteriores essa modificação não é mais necessária.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 16 de junho de 2023.

DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.558	22	106.265	3	Fornecedores	10	52.163	8.844	10.906	3.387
Contas a receber de clientes	5	458	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	11	205	106	205	106
Tributos a recuperar	6	4.537	3.982	4.530	540	Tributos a recolher	12	5.429	3.450	146	-
Estoques	7	-	-	29.450	-	Arrendamento a pagar	9.2	84	67	-	-
Despesas antecipadas		3.408	533	-	-	Contas a pagar - CCEE	13	24.801	10.466	-	-
Partes relacionadas	15	3.232	-	-	-	Partes relacionadas	15	41.432	14.536	-	-
Outros créditos		123	202	-	-	Outras contas a pagar	14	10.200	3.261	-	3.223
Total do ativo circulante		<u>118.316</u>	<u>4.739</u>	<u>140.245</u>	<u>543</u>	Total do passivo circulante		<u>134.314</u>	<u>40.730</u>	<u>11.257</u>	<u>6.716</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		100	97	-	-	Fornecedores	10	106.241	179.162	72.267	71.724
Partes relacionadas	15	-	-	-	104.873	Empréstimos e financiamentos	11	942.374	1.061.172	942.374	1.061.172
Investimentos	8	-	-	1.270.065	965.184	Arrendamento a pagar	9.2	12.064	11.697	-	-
Imobilizado	9	1.499.395	1.260.020	178	-	Tributos a recolher	12	3.712	6.493	-	-
Total do ativo não circulante		<u>1.499.495</u>	<u>1.260.117</u>	<u>1.270.243</u>	<u>1.070.057</u>	Contas a pagar - CCEE	13	31.972	31.832	-	-
						Partes relacionadas	15	-	101.848	-	101.848
						Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	500	449	-	-
						Outras contas a pagar	14	18.103	18.294	16.059	15.961
						Total do passivo não circulante		<u>1.114.966</u>	<u>1.410.947</u>	<u>1.030.700</u>	<u>1.250.705</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17	2.093.435	1.556.074	2.093.435	1.556.074
						Recursos para futuro aumento de capital		158.858	-	158.858	-
						Reservas de capital		27.175	22.023	27.175	22.023
						Prejuízos acumulados		(1.910.937)	(1.764.918)	(1.910.937)	(1.764.918)
						Total do patrimônio líquido		<u>368.531</u>	<u>(186.821)</u>	<u>368.531</u>	<u>(186.821)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.617.811</u></u>	<u><u>1.264.856</u></u>	<u><u>1.410.488</u></u>	<u><u>1.070.600</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.617.811</u></u>	<u><u>1.264.856</u></u>	<u><u>1.410.488</u></u>	<u><u>1.070.600</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	18	416	-	-	-
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(19.002)	(18.420)	(3.348)	(3.234)
Amortizações	9	(461)	(442)	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	9	(6.288)	(3.646)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(75.700)	(24.644)	(21)	-
Total	19	(101.451)	(47.152)	(3.369)	(3.234)
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	(107.797)	(38.034)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(101.035)	(47.152)	(111.166)	(41.268)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		8.674	26	8.414	-
Despesas financeiras		(53.658)	36.043	(43.267)	30.185
Total	20	(44.984)	36.069	(34.853)	30.185
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(146.019)	(11.083)	(146.019)	(11.083)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(146.019)	(11.083)	(146.019)	(11.083)
Prejuízo básico e diluído por ação (expressos em reais - R\$)	17.4			(0,08)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Controladora	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(146.019)	(11.083)	(146.019)	(11.083)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(146.019)</u>	<u>(11.083)</u>	<u>(146.019)</u>	<u>(11.083)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Recursos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido da controladora e consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		1.556.074	22.023	-	(1.753.835)	(175.738)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(11.083)	(11.083)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>1.556.074</u>	<u>22.023</u>	<u>-</u>	<u>(1.764.918)</u>	<u>(186.821)</u>
Aumento de capital	17.2	182.477	5.152	-	-	187.629
Recursos para futuro aumento de capital	17.3	-	-	513.742	-	513.742
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital	17.2 e 17.3	354.884	-	(354.884)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(146.019)	(146.019)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	17	<u><u>2.093.435</u></u>	<u><u>27.175</u></u>	<u><u>158.858</u></u>	<u><u>(1.910.937)</u></u>	<u><u>368.531</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(146.019)	(11.083)	(146.019)	(11.083)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	107.797	38.034
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	9	6.288	3.646	-	-
Amortizações	9	461	442	-	-
Juros sobre empréstimos	11.1, 20	45.220	(18.673)	45.220	(18.673)
Multa sobre ressarcimento	13.1	21.693	10.526	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		757	(2.545)	-	-
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher		8.636	1.240	294	2.672
Atualização depósitos judiciais		4	(1)	-	-
Comissões e penalidades		-	(9.006)	-	(9.006)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(458)	-	-	-
Estoques		-	-	(29.450)	-
Tributos a recuperar		(555)	(988)	(3.990)	-
Despesas antecipadas		(2.875)	(107)	-	-
Depósitos judiciais		(7)	1.318	-	-
Outros créditos		79	(59)	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		39.198	(17.202)	7.769	(1.947)
Tributos a recolher		87	(2.022)	145	-
Outras contas a pagar		6.042	3.049	(3.125)	-
Pagamento multa sobre ressarcimento	13.1	(7.434)	(765)	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.138)	(1.172)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	11.1	(14.919)	-	(14.919)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(44.940)</u>	<u>(43.402)</u>	<u>(36.278)</u>	<u>(3)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	8.1	-	-	(222.024)	-
Aquisição de imobilizado	9, 24	(228.295)	(2.151)	(178)	-
Partes relacionadas		-	-	-	(39.891)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(228.295)</u>	<u>(2.151)</u>	<u>(222.202)</u>	<u>(39.891)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital		513.742	-	513.742	-
Pagamento de passivos de arrendamento	9.2	(2.351)	(1.749)	-	-
Pagamentos de empréstimos	11.1	(149.000)	(10.000)	(149.000)	(10.000)
Partes relacionadas		17.380	57.306	-	49.897
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>379.771</u>	<u>45.557</u>	<u>364.742</u>	<u>39.897</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>106.536</u>	<u>4</u>	<u>106.262</u>	<u>3</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	22	18	3	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	106.558	22	106.265	3
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>106.536</u>	<u>4</u>	<u>106.262</u>	<u>3</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Diamantina Eólica Participações S.A. - em recuperação judicial (“Diamantina”, “Companhia” ou “Controladora”), CNPJ 21.408.723/0001-02, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, foi constituída em 2 de outubro de 2014, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Alto Sertão Participações S.A. - em recuperação judicial (“Alto Sertão”), que é controlada direta da Renova Energia S.A. - em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Das Autorizações

1.1.1. Mercado Regulado (ACR)

<u>Companhias</u>	<u>Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jaboticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1.2. Mercado Livre (ACL)

<u>Companhias</u>	<u>Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.2 Comercialização de energia

1.2.1 Mercado Regulado (ACR)

Companhias	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880,30	96.360	105,2	165,91	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.543,80	60.444	113,7	179,31	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101,15	34.164	111,3	175,53	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.182,57	84.972	103,6	163,38	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.349,56	39.420	104,38	164,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.199,50	83.220	103,99	163,56	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.679,88	88.476	105,99	166,71	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964,17	64.824	104,8	164,83	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.003,78	93.732	105,55	166,01	set-15	ago-35	IPCA	setembro

As Companhias do projeto LER 05/2013, assinaram contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, contados desde 1º de setembro de 2015.

1.2.2 Mercado Livre (ACL)

As demais controladas possuem contratos no mercado livre que totalizam 100,2 MW médio^(*) de energia contratada, conforme quadro abaixo:

Projetos	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)	Vigência do contrato
Light I	Eólica	100,2	até ago/2035

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Esses contratos foram comercializados no Mercado Livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A.- em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”), controlada direta da Renova Energia e tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

1.3 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora indireta Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira do Grupo Renova durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A., no valor de R\$ 350.000;
- ii) alienação dos ativos UPI Fase B e UPI Brasil PCH;
- iii) alienação das UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos Ventos, finalizadas em junho e julho de 2022, respectivamente (nota 25.2)
- iv) quitação do empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento do Grupo Renova com os recursos recebidos na alienação da UPI Brasil PCH;
- v) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Até a data de emissão desse relatório 25 parques estão em operação comercial e um em operação teste. Até dezembro de 2022 todos os parques estarão em operação comercial.

Os passivos da Companhia e suas controladas negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe I, II, III e IV conforme apresentado a seguir:

DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados/ impugnados	Pagamentos realizados	Créditos convertidos em ação da Controladora	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2021
Classe I - credores trabalhistas	3.223	(2.443)	(12)	-	1	769
Classe II - credores com garantia real	1.052.062	-	(163.913)	-	45.187	933.336
Classe III - credores quirografários	234.673	(1.635)	(857)	(64.812)	2.474	169.843
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	2.334	(482)	(336)	-	76	1.592
Total	1.292.292	(4.560)	(165.118)	(64.812)	47.738	1.105.540

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2020
Classe I - credores trabalhistas	3.223	-	-	3.223
Classe II - credores com garantia real	1.023.328	(10.000)	38.734	1.052.062
Classe III - credores quirografários	233.690	-	983	234.673
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	2.334	-	-	2.334
Total	1.262.575	(10.000)	39.717	1.292.292

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou R\$10.000 do saldo devido ao BNDES. Em 2021, com a alienação da UPI Fase B, UPI Brasil PCH e ainda outros eventos previstos nos planos, a Companhia amortizou o montante de R\$163.857.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.4 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$146.019 (2020, R\$11.083), possui prejuízos acumulados de R\$1.910.937 (2020, R\$1.764.918), e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante R\$15.998 (2020, R\$35.991) (Consolidado).

O plano de recuperação judicial permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com plano, as controladas da Companhia retomaram a obra para finalização dos seus parques eólicos e reduziram seu passivo mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$64.812.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.5 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

A Companhia, cercada de todos os cuidados necessários, retomou a construção do seu parque eólico que gerará energia para atender ao mercado livre.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora e controladas, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora e controladas, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 16 de junho de 2023.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e suas controladas.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 15).

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 10);
- Empréstimos e financiamentos (nota 11);
- Contas a pagar – CCEE (nota 13); e
- Transações com partes relacionadas (nota 15).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.2.3 Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos, para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia adota como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial do parque eólico.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.4. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3 PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 8.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- c) eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras entre companhias consolidadas.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	30	5	20	-
Bancos conta movimento	495	17	212	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	106.033	-	106.033	-
Total	<u>106.558</u>	<u>22</u>	<u>106.265</u>	<u>3</u>

A Companhia possui aplicação financeira de curto prazo e de alta liquidez que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e está sujeita a menor risco de mudança de valor e foi classificada como equivalentes de caixa. Esse investimento financeiro refere-se a instrumento de renda fixa, remunerado a 97,98% do CDI.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$458 refere-se a energia gerada durante a operação teste dos parques eólicos Abil, Folha da Serra, Jabuticaba, Jacarandá do Serrado, Tábua e Vaqueta, que será liquidada junto a CCEE.

6 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a compensar	2.157	544	2.153	540
IRRF a compensar	324	-	324	-
COFINS a recuperar	743	2.795	743	-
PIS a recuperar	168	607	168	-
ICMS a recuperar	1.142	36	1.142	-
Outros impostos a compensar	3	-	-	-
Total	<u>4.537</u>	<u>3.982</u>	<u>4.530</u>	<u>540</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicação financeiras auferidos pelas Companhia e suas controladas.

A Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS a recuperar acumulados originários das despesas de TUST das suas controladas e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R\$ 851 para os créditos de PIS e R\$ 3.918 para os créditos da COFINS com contrapartida ao resultado do exercício, considerando a incerteza na sua realização nos próximos anos, visto que essas controladas passarão a adotar o regime tributário da Cumulatividade para apuração dessas contribuições (atrelado a adoção do regime de tributação do Lucro Presumido) em consonância com a entrada em operação comercial desses projetos no exercício de 2022.

7 ESTOQUES

A Controladora mantém estoque de mrcadorias a serem utilizadas nos parques eólicos das controladas.

	Saldo em	Adição	Saldo em
	31/12/2020		31/12/2021
Estoque	-	29.450	29.450

8 INVESTIMENTOS

Companhia	Part.	Saldos em 31/12/2021				Saldos em 31/12/2020			
		Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Prejuízo	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Prejuízo
Centrais Eólicas São Salvador S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	65.816	8.462	57.354	(5.015)	60.522	19.764	40.758	705
Centrais Eólicas Abil S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	75.714	15.460	60.254	(7.447)	66.102	20.374	45.728	(4.664)
Centrais Eólicas Acácia S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	48.213	10.210	38.003	(4.505)	42.658	10.719	31.939	(2.039)
Centrais Eólicas Angico S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	26.347	5.738	20.609	(2.800)	23.957	6.626	17.331	(1.182)
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	66.437	12.843	53.594	(6.618)	56.573	17.324	39.249	(3.808)
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	35.042	6.234	28.808	(2.943)	29.840	11.262	18.578	(1.980)
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	64.929	19.537	45.392	(5.973)	50.553	13.895	36.658	(2.445)
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	55.420	13.244	42.176	(7.130)	48.879	13.932	34.947	(2.974)
Centrais Eólicas Tabua S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	61.377	10.980	50.397	(12.206)	48.930	17.684	31.246	(4.941)
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	70.876	12.698	58.178	(7.256)	60.944	17.673	43.271	(2.886)
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	72.385	5.076	67.309	(132)	63.416	13.628	49.788	(2.526)
Centrais Eólicas Cedro S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	44.393	2.103	42.290	(2.585)	40.255	4.335	35.920	(918)
Centrais Eólicas Vellozia S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	63.871	3.879	59.992	(4.238)	59.215	9.024	50.191	(1.079)
Centrais Eólicas Angelim S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	78.271	4.139	74.132	(4.090)	68.049	11.637	56.412	(855)
Centrais Eólicas Facheiro S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	62.188	4.521	57.667	(3.274)	50.242	12.749	37.493	(699)
Centrais Eólicas Sabiu S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	50.112	5.829	44.283	(2.647)	42.950	9.299	33.651	(892)
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	54.934	1.788	53.146	(2.708)	48.381	6.139	42.242	(872)
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	78.648	4.283	74.365	(3.577)	69.523	12.232	57.291	(828)
Centrais Eólicas Jataí S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	64.292	3.303	60.989	(3.214)	56.684	15.390	41.294	(1.582)
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	60.524	2.944	57.580	(3.094)	51.352	6.290	45.062	(823)
Centrais Eólicas Amescla S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	73.436	21.468	51.968	(2.782)	54.699	10.990	43.709	1.413
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	67.028	2.730	64.298	(3.566)	59.777	5.627	54.150	(1.131)
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	76.948	10.655	66.293	(6.429)	71.800	20.946	50.854	514
Centrais Eólicas Manineiro S.A.- Em recuperação judicial	99,99%	60.188	19.200	40.988	(3.568)	39.012	11.590	27.422	(1.542)
		<u>1.477.389</u>	<u>207.324</u>	<u>1.270.065</u>	<u>(107.797)</u>	<u>1.264.313</u>	<u>299.129</u>	<u>965.184</u>	<u>(38.034)</u>

8.1 Movimentação do investimento

Companhia	31/12/2019	Equivalência patrimonial	31/12/2020	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2021
Centrais Eólicas São Salvador S.A.- Em recuperação judicial	40.053	705	40.758	15.316	6.295	(5.015)	57.354
Centrais Eólicas Abil S.A.- Em recuperação judicial	50.392	(4.664)	45.728	16.257	5.716	(7.447)	60.254
Centrais Eólicas Acácia S.A.- Em recuperação judicial	33.978	(2.039)	31.939	6.434	4.135	(4.505)	38.003
Centrais Eólicas Angico S.A.- Em recuperação judicial	18.513	(1.182)	17.331	4.230	1.848	(2.800)	20.609
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.- Em recuperação judicial	43.057	(3.808)	39.249	15.743	5.220	(6.618)	53.594
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.- Em recuperação judicial	20.558	(1.980)	18.578	9.703	3.470	(2.943)	28.808
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.- Em recuperação judicial	39.103	(2.445)	36.658	9.736	4.971	(5.973)	45.392
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.- Em recuperação judicial	37.921	(2.974)	34.947	9.055	5.304	(7.130)	42.176
Centrais Eólicas Tabua S.A.- Em recuperação judicial	36.187	(4.941)	31.246	22.565	8.792	(12.206)	50.397
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.- Em recuperação judicial	46.157	(2.886)	43.271	14.099	8.064	(7.256)	58.178
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.- Em recuperação judicial	52.314	(2.526)	49.788	12.403	5.250	(132)	67.309
Centrais Eólicas Cedro S.A.- Em recuperação judicial	36.838	(918)	35.920	5.246	3.709	(2.585)	42.290
Centrais Eólicas Vellozia S.A.- Em recuperação judicial	51.270	(1.079)	50.191	8.972	5.067	(4.238)	59.992
Centrais Eólicas Angelim S.A.- Em recuperação judicial	57.267	(855)	56.412	13.060	8.750	(4.090)	74.132
Centrais Eólicas Facheio S.A.- Em recuperação judicial	38.192	(699)	37.493	16.636	6.812	(3.274)	57.667
Centrais Eólicas Sabiu S.A.- Em recuperação judicial	34.543	(892)	33.651	8.780	4.499	(2.647)	44.283
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.- Em recuperação judicial	43.114	(872)	42.242	7.431	6.181	(2.708)	53.146
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.- Em recuperação judicial	58.119	(828)	57.291	12.861	7.790	(3.577)	74.365
Centrais Eólicas Jataí S.A.- Em recuperação judicial	42.876	(1.582)	41.294	15.422	7.487	(3.214)	60.989
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.- Em recuperação judicial	45.885	(823)	45.062	8.776	6.836	(3.094)	57.580
Centrais Eólicas Amescla S.A.- Em recuperação judicial	42.296	1.413	43.709	6.588	4.453	(2.782)	51.968
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.- Em recuperação judicial	55.281	(1.131)	54.150	7.950	5.764	(3.566)	64.298
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.- Em recuperação judicial	50.340	514	50.854	14.670	7.198	(6.429)	66.293
Centrais Eólicas Manineiro S.A.- Em recuperação judicial	28.964	(1.542)	27.422	11.347	5.787	(3.568)	40.988
TOTAL	1.003.218	(38.034)	965.184	273.280	139.398	(107.797)	1.270.065

9 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos em 31/12/2020	Adições	Cessão de Crédito ²	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado em curso								
A ratear	331.141	-	(432)	330.709	29.244	-	(7.088)	352.865
Terrenos	8.335	-	-	8.335	-	-	-	8.335
Edificações, obras civis e benfeitorias	231.323	32	9	231.364	28.226	-	125	259.715
Móveis e utensílios	-	-	-	-	105	-	-	105
Torres de medição	2.687	576	-	3.263	291	-	-	3.554
Aerogeradores	1.380.263	17	-	1.380.280	55.476	27.253	(9.518)	1.453.491
Equipamentos de subestação	293.743	1.305	204	295.252	35.941	-	6.888	338.081
Adiantamentos a fornecedores	668	221	(220)	669	63.722	-	(248)	64.143
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(997.299)	(3.646)	-	(1.000.945)	(6.288)	-	-	(1.007.233)
Total do imobilizado em curso	1.250.861	(1.495)	(439)	1.248.927	206.717	27.253	(9.841)	1.473.056
Estoques								
Almoxarifado geral	-	-	-	-	15.290	-	-	15.290
Direito de uso								73.211
Geração								
Contratos Arrendamento	11.248	817	-	12.065	417	-	-	12.482
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(530)	(442)	-	(972)	(461)	-	-	(1.433)
Total do direito de uso	10.718	375	-	11.093	(44)	-	-	11.049
Total do imobilizado	1.261.579	(1.120)	(439)	1.260.020	221.963	27.253	(9.841)	1.499.395

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício. Em 31 de dezembro de 2021 após novas considerações com determinados fornecedores a Companhia reclassificou o montante de R\$8.584 para o resultado financeiro.

Nota 2: Efeito líquido dos créditos cedidos e recebidos da controladora indireta Renova Energia, conforme Nota 7.

O saldo do imobilizado refere-se basicamente a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos com a construção dos parques eólicos.

A Companhia procedeu a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto nominal (calculada pela metodologia wacc) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 7,01% ao ano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$6.288, a qual foi registrada no resultado do exercício findo naquela data.

9.1 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

9.2 Direito de uso – Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou 135 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2021</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	1.854
Direito de uso do ativo arrendado	12.482	(-) Juros a apropriar	<u>(1.770)</u>
(-) Direito de uso - contrato de Arrendamento	<u>(1.433)</u>	Total do passivo circulante	84
	11.049	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	44.705
		(-) Juros a apropriar	<u>(32.641)</u>
		Total do passivo não circulante	12.064
Ativo total	<u><u>11.049</u></u>	Passivo total	<u><u>12.148</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Despesas	
Amortização direito de uso	461
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	1.781
Total	<u>2.242</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Juros	Principal
2023	1.762	1.819
2024	1.753	1.819
2025	1.743	1.819
2026	1.731	1.819
2027	1.718	1.819
2028 a 2032	8.295	9.094
2033 a 2037	7.439	9.094
2038 a 2042	5.668	9.094
2043 a 2047	2.338	6.909
2048 a 2049	194	1.419
Total	<u>32.641</u>	<u>44.705</u>

10 FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores	41.662	6.429
Fornecedores recuperação judicial	116.742	181.577
	<u>158.404</u>	<u>188.006</u>
Apresentados como:		
Circulante	52.163	8.844
Não circulante	106.241	179.162
Total	<u>158.404</u>	<u>188.006</u>

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.4, totaliza R\$116.742, sendo R\$63 - Classe I, R\$115.087 – Classe III e R\$1.592 - Classe IV.

11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	Custo da Dívida	31/12/2021				Total geral
		Circulante	Não circulante		Total	
		Encargos	Encargos	Principal		
BNDES	100% CDI*	90	2.780	315.034	317.814	317.904
Banco Bradesco	100% CDI*	63	26.866	323.034	349.900	349.963
Banco Itaú	100% CDI*	23	9.829	118.183	128.012	128.035
Citibank	100% CDI*	16	6.619	79.585	86.204	86.220
Banco ABC	100% CDI*	9	3.932	47.273	51.205	51.214
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR*	2	48	4.638	4.686	4.688
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR*	2	49	4.504	4.553	4.555
Total		205	50.123	892.251	942.374	942.579

	Custo da Dívida	31/12/2020				Total geral
		Circulante	Não circulante		Total	
		Encargos	Encargos	Principal		
BNDES	100% CDI*	44	17.187	445.253	462.440	462.484
Banco Bradesco	100% CDI*	32	12.196	323.034	335.230	335.262
Banco Itaú	100% CDI*	11	4.461	118.183	122.644	122.655
Citibank	100% CDI*	8	3.005	79.585	82.590	82.598
Banco ABC	100% CDI*	5	1.785	47.273	49.058	49.063
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR*	3	17	4.674	4.691	4.694
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR*	3	16	4.503	4.519	4.522
Total		106	38.667	1.022.505	1.061.172	1.061.278

*As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

a. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Companhia, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II). Em cumprimento dos planos de recuperação judicial, com a alienação da UPI Fase B e da UPI Brasil PCH, a Companhia amortizou o montante de R\$163.857.

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

b. Outros empréstimos – capital de giro

Em 19 de julho de 2019, a Companhia contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo, em 31 de dezembro de 2022, de R\$16.059 (Nota 14) perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

11.1 Movimentação:

	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	856.524	242.433	1.098.957
Comissões e outras penalidades	(9.006)	-	(9.006)
Provisão (reversão) dos encargos financeiros	-	(18.673)	(18.673)
Atualização e incorporação de juros ao principal	184.987	(184.987)	-
Amortização de financiamento	(10.000)	-	(10.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.022.505</u>	<u>38.773</u>	<u>1.061.278</u>
Provisão dos encargos financeiros	-	45.220	45.220
Atualização e incorporação de juros ao principal	18.746	(18.746)	-
Encargos financeiros pagos	-	(14.919)	(14.919)
Amortização de financiamento	(149.000)	-	(149.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>892.251</u>	<u>50.328</u>	<u>942.579</u>

12 TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
COFINS a recolher	42	-
PIS a recolher	7	-
Tributos retidos de terceiros	2.284	269
Tributos em parcelamento	6.736	9.420
Outros impostos a recolher	72	254
Total	<u>9.141</u>	<u>9.943</u>
Apresentados como:		
Circulante	5.429	3.450
Não circulante	3.712	6.493
Total	<u>9.141</u>	<u>9.943</u>

Em dezembro de 2019, a Companhia incluiu saldos a pagar de IRRF, PIS e COFINS no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

13 CONTAS A PAGAR – CCEE (CONSOLIDADO)

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	24.801	10.466
Não circulante	31.972	31.832
Total	<u>56.773</u>	<u>42.298</u>

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$28.116 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.4.

O contrato de Energia de Reserva celebrado entre a Companhia e a CCEE estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia, calculada conforme parágrafo anterior.

13.1 Movimentação:

	31/12/2020	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	31/12/2021
CCEE	42.298	21.693	(7.434)	216	56.773

	31/12/2019	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	31/12/2020
CCEE	32.420	10.526	(765)	117	42.298

14 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Penalidades ANEEL ^(a)	10.160	-
Outros ^(b)	18.143	21.555
	<u>28.303</u>	<u>21.555</u>
Apresentados como:		
Circulante	10.200	3.261
Não circulante	18.103	18.294
Total	<u>28.303</u>	<u>21.555</u>

- a) CCEE no montante de R\$10.160 referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013. O saldo de 2021 foi publicado pela ANEEL em 17 de outubro de 2022. A apuração está sendo questionada na ANEEL através da ABEEólica.
- b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a:

Descrição	Valor
i) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 11.b (Classe III).	16.059
ii) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento da outorga do parque Unha D'anta, do Complexo Eólico AS III Fase A.	1.339
iii) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.4.	706
iv) outros.	39
	<u>18.143</u>

15 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora	
	Ativo	Passivo
	31/12/2020	31/12/2020
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital^(a)</u>		
Alto Sertão	-	99.829
Centrais Eólicas Manineiro S.A.- Em recuperação judicial	4.151	-
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.- Em recuperação judicial	5.819	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A.- Em recuperação judicial	4.573	-
Centrais Eólicas Abil S.A.- Em recuperação judicial	9.061	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.- Em recuperação judicial	3.153	-
Centrais Eólicas Angico S.A.- Em recuperação judicial	2.056	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.- Em recuperação judicial	9.244	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.- Em recuperação judicial	6.908	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.- Em recuperação judicial	4.489	-
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.- Em recuperação judicial	4.381	-
Centrais Eólicas Tabua S.A.- Em recuperação judicial	9.233	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.- Em recuperação judicial	5.977	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.- Em recuperação judicial	1.466	-
Centrais Eólicas Angelim S.A.- Em recuperação judicial	3.163	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.- Em recuperação judicial	1.908	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.- Em recuperação judicial	1.704	-
Centrais Eólicas Facheio S.A.- Em recuperação judicial	6.398	-
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.- Em recuperação judicial	1.555	-
Centrais Eólicas Jataí S.A.- Em recuperação judicial	6.437	-
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.- Em recuperação judicial	1.770	-
Centrais Eólicas Sabiu S.A.- Em recuperação judicial	2.533	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.- Em recuperação judicial	2.021	-
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.- Em recuperação judicial	3.528	-
Centrais Eólicas Vellozia S.A.- Em recuperação judicial	1.326	-
Subtotal	102.854	99.829
<u>Mútuo^(c)</u>		
Centrais Eólicas Manineiro S.A.- Em recuperação judicial	218	-
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.- Em recuperação judicial	277	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A.- Em recuperação judicial	216	-
Centrais Eólicas Abil S.A.- Em recuperação judicial	130	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.- Em recuperação judicial	55	-
Centrais Eólicas Angico S.A.- Em recuperação judicial	41	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.- Em recuperação judicial	97	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.- Em recuperação judicial	28	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.- Em recuperação judicial	74	-
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.- Em recuperação judicial	71	-
Centrais Eólicas Tabua S.A.- Em recuperação judicial	86	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.- Em recuperação judicial	108	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.- Em recuperação judicial	63	-
Centrais Eólicas Angelim S.A.- Em recuperação judicial	81	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.- Em recuperação judicial	48	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.- Em recuperação judicial	45	-
Centrais Eólicas Facheio S.A.- Em recuperação judicial	49	-
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.- Em recuperação judicial	48	-
Centrais Eólicas Jataí S.A.- Em recuperação judicial	48	-
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.- Em recuperação judicial	56	-
Centrais Eólicas Sabiu S.A.- Em recuperação judicial	40	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.- Em recuperação judicial	64	-
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.- Em recuperação judicial	8	-
Centrais Eólicas Vellozia S.A.- Em recuperação judicial	68	-
Renova Energia - Controladora indireta	-	2.019
Subtotal	2.019	2.019
Total	104.873	101.848

	Consolidado				
	Ativo	Passivo		Despesa	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Renova Energia</u>					
Mútuo ^(a)	-	-	2.019	-	-
Rateio de despesa ^(b)	-	10.947	14.536	(19.399)	(7.409)
Outros créditos ^(d)	3.232	30.485	-	-	-
<u>Alto Sertão</u>					
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital^(c)</u>		-	99.829	-	-
Total	3.232	41.432	116.384	(19.399)	(7.409)

- a) Mútuos realizados com a Controladora com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR e foram quitados em abril de 2021.
- b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora indireta Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.
- c) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela controladora Alto Sertão Companhia, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.
- d) Outros créditos - Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela controladora indireta Renova Energia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para algumas controladas da Companhia com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

Companhia	Ativo	Passivo
	31/12/2021	31/12/2021
Centrais Eólicas Acácia S.A.- Em recuperação judicial	533	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.- Em recuperação judicial	1.022	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.- Em recuperação judicial	250	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.- Em recuperação judicial	-	1.022
Centrais Eólicas Cedro S.A.- Em recuperação judicial	357	-
Centrais Eólicas Angelim S.A.- Em recuperação judicial	-	5
Centrais Eólicas Facheio S.A.- Em recuperação judicial	535	-
Centrais Eólicas Sabiu S.A.- Em recuperação judicial	-	1.819
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.- Em recuperação judicial	535	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.- Em recuperação judicial	-	13.587
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.- Em recuperação judicial	-	465
Centrais Eólicas Manineiro S.A.- Em recuperação judicial	-	13.587
Total	3.232	30.485

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

16 PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas constituíram provisão no montante de R\$500 (2020, R\$449) para riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia estornou parcialmente a provisão anteriormente constituída, ajustando os saldos devidos ao plano de recuperação judicial, uma vez que o montante devido já foi reconhecido no contas a pagar da Companhia.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 R\$2.093.435 (2020, R\$1.556.074) e está dividido em 2.120.610.200 (2020, 1.578.097.205) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

17.2 Aumento de capital

No exercício de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) aprovou três aumentos de capital:

1. Em 22 de março de 2021: aumento de capital no montante de R\$107.029, dos quais R\$101.877 foram destinados à conta de capital social e R\$5.152 à conta de reserva de capital, mediante a emissão de 107.028.545 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$92.829 e (ii) créditos detidos pela acionista Alto Sertão contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$14.200.
2. Em 06 de maio de 2021: aumento de capital no montante de R\$393.006, mediante a emissão de 393.006.305 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$348.519 (ii) créditos detidos pela acionista Alto Sertão contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$2.764, e (iii) créditos detidos pela acionista Alto Sertão contra a Companhia conforme previsto no “Termo de Assunção de Dívidas e Capitalização de Crédito”, no valor de R\$41.723.
3. Em 23 de agosto de 2021: aumento de capital no montante de R\$42.478, mediante a emissão de 42.478.145 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$6.365 (ii) créditos detidos pela acionista Alto Sertão contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$6.024, e (iii) créditos detidos pela acionista Alto Sertão contra a Companhia conforme previsto no “Termo de Assunção de Dívidas e Capitalização de Crédito”, no valor de R\$30.089.

17.3 Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Alto Sertão, no montante de R\$513.742, dos quais R\$354.884 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R\$158.858, será capitalizado até 31 de dezembro de 2022.

17.4 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(146.019)	(11.083)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>1.933.842</u>	<u>1.578.097</u>
Prejuízo básico por ação (em R\$)	<u>(0,08)</u>	<u>(0,01)</u>

18 RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2021</u>	
	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>
Geração em teste	6.858,733	458
(-) Impostos s/ Receita (PIS/COFINS)		<u>(42)</u>
Total		<u>416</u>

Durante a operação teste os parques eólicos do LER 2013, geraram 6.858,733 MWh que foram liquidados junto a CCEE.

19 CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Gerais e administrativas</u>				
Serviço de terceiros ¹	13.639	6.745	6.478	10
Pessoal e administradores	4.912	3.254	-	-
Viagens	1.275	454	79	-
Telefonia e TI	958	457	11	-
Impostos e taxas	432	190	3	1
Seguros	375	5.492	-	-
Material de uso e consumo	333	383	-	-
Aluguéis e arrendamentos	214	520	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 16)	<u>(3.136)</u>	<u>925</u>	<u>(3.223)</u>	<u>3.223</u>
	<u>19.002</u>	<u>18.420</u>	<u>3.348</u>	<u>3.234</u>
<u>Amortizações (nota 9)</u>	461	442	-	-
<u>Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 9)</u>	6.288	3.646	-	-
<u>Outras (receitas) despesas, líquidas</u>				
Indenização ²	22.887	-	-	-
Multa sobre ressarcimento (nota 13)	21.693	10.526	-	-
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	13.713	12.966	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias ³	11.660	-	-	-
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins (nota 6)	4.769	-	-	-
Serviços de terceiros	330	805	-	-
Outras	<u>648</u>	<u>347</u>	<u>21</u>	<u>-</u>
	<u>75.700</u>	<u>24.644</u>	<u>21</u>	<u>-</u>
Total das despesas	<u>101.451</u>	<u>47.152</u>	<u>3.369</u>	<u>3.234</u>

Nota 1: Refere-se principalmente a gastos relacionados a manutenção dos parques eólicos.

Nota 2: Valor pago a parte relacionada Renova Comercializadora a título de ressarcimento pelos gastos com compra de energia relacionado a contratos de comercialização firmado com a Companhia.

Nota 3: refere-se substancialmente a penalidade por insuficiência de lastro mencionada na Nota 14.

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Outras receitas financeiras	455	26	188	-
Rendimentos de aplicações financeiras	8.637	-	8.636	-
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	(418)	-	(410)	-
Total das receitas financeiras	8.674	26	8.414	-
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (nota 11.1)	(45.220)	(38.912)	(45.220)	(38.912)
Juros sobre fornecedores e impostos	(8.636)	(1.240)	(294)	(370)
Juros sobre obrigação de arrendamento (nota 9.2)	(1.781)	(1.707)	-	-
Comissões e outras penalidades (dívida) ¹	2.260	-	2.260	-
Fiança bancária (nota 11)	-	(9.918)	-	(9.918)
Outras despesas financeiras	(280)	(20)	(13)	(2)
	(53.657)	(51.797)	(43.267)	(49.202)
Despesas financeiras PRJ				
Encargos da dívida (nota 11.1)	-	57.585	-	57.585
Juros sobre fornecedores e impostos	-	8.920	-	467
Comissões e outras penalidades (dívida) ¹	-	9.006	-	9.006
Fiança bancária (nota 11)	-	12.329	-	12.329
	-	87.840	-	79.387
Total das despesas financeiras	(53.657)	36.043	(43.267)	30.185
Total do resultado financeiro	(53.202)	36.069	(43.079)	30.185

- (1) De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(146.019)	(11.083)	(146.019)	(11.083)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	49.646	3.768	49.646	3.768
<u>Adições permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(107)	(111)	(7)	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	(36.651)	(12.932)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(21.331)	9.427	283	9.232
Prejuízo fiscal e base negativa	(28.208)	(13.084)	(13.271)	(68)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	-	-

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal do exercício	(39.032)	(38.964)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(579.739)	(540.775)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(618.771)</u>	<u>(579.739)</u>

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	106.558	22	106.558	22
Partes relacionadas	3.232	-	3.232	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	52.163	8.844	52.163	8.844
Financiamentos	205	106	205	106
Partes relacionadas	41.432	14.536	41.432	14.536
Não circulante				
Fornecedores	106.241	179.162	106.241	179.162
Financiamentos	942.374	1.061.172	942.374	1.061.172
Partes relacionadas	-	101.848	-	101.848

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	106.265	3	106.265	3
Não circulante				
Partes relacionadas	-	104.873	-	104.873
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	10.906	3.387	10.906	3.387
Financiamentos	205	106	205	106
Não circulante				
Fornecedores	72.267	71.724	72.267	71.724
Financiamentos	942.374	1.061.172	942.374	1.061.172
Partes relacionadas	-	101.848	-	101.848

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	106.558	-	22	-	106.265	-	3	-
Partes relacionadas								
Não circulante								
Partes relacionadas	-	3.232	-	-	-	-	-	104.873
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	52.163	-	8.844	-	10.906	-	3.387
Financiamentos	-	205	-	106	-	205	-	106
Partes relacionadas	-	41.432	-	14.536	-	-	-	-
Não circulante								
Fornecedores	-	106.241	-	179.162	-	72.267	-	71.724
Financiamentos	-	942.374	-	1.061.172	-	942.374	-	1.061.172
Partes relacionadas	-	-	-	101.848	-	-	-	101.848

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 11 possuem como contraparte BNDES, Bradesco, Itaú, Banco ABC e Citibank. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía risco de mercado associado ao CDI.

d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 10% da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2021. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos a Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES com taxas pós-fixadas.

A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estará em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
Empréstimos	Alto do CDI	(32.990)

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das companhias em cumprir adequadamente os compromissos assumido, os fluxos de vencimento dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota 11.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (consolidado):

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Financiamentos - principal e encargos	205	235.670	706.704	942.579

Os planos de recuperação judicial da Companhia e suas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.4. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f) Gestão de capital (consolidado)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(984.011)	(1.061.278)
Patrimônio líquido (negativo)	368.531	(186.821)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	106.558	22
Dívida líquida + Patrimônio líquido (negativo)	<u>(508.922)</u>	<u>(1.248.077)</u>

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

23 COBERTURA DE SEGUROS

Os quadros a seguir apresentam os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 28.268	31/01/2023	31/01/2024
Responsabilidade civil - geral	R\$ 50.000	26/11/2022	26/11/2023
Risco operacional	R\$ 2.655.000	13/06/2022	13/06/2023
Transporte nacional	R\$ 183.208	22/06/2022	22/06/2023

24 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	8.1	-	-	102.854
Aumento de capital com participação em controladas	8.1, 17.2	-	-	87.800
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	92.829	-	99.829
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros	17.2	71.812	-	-
Aumento de capital com rateio de despesa	17.2	22.988	-	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	9	(1.257)	(439)	-
Direito de uso - Arrendamento	9	417	817	-

25 EVENTOS SUBSEQUENTES

25.1 Mudança da composição do controle da controladora indireta Renova Energia

25.1.1 CEMIG GT

Em 06 de maio de 2022, Cemig GT e a sua controladora indireta CEMIG, divulgaram Fato Relevante informando a conclusão, em 05 de maio de 2022, da alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova Energia, e a cessão de forma onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face da controlada Renova Comercializadora, pelo valor total de R\$ 60.000 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da Transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Renova Energia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova Energia.

Como consequência da operação realizada pela CEMIG, o Conselho de Administração da Renova Energia, em reunião extraordinária realizada no dia 05 de maio de 2022, apreciou os pedidos de renúncia apresentados pelos conselheiros Srs. Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier e Antonio Carlos Veléz Braga e, ainda, do Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Cruz Schneider.

Na mesma reunião, ficou consignado que o Sr. Geoffrey David Cleaver continua como membro do Conselho de Administração, mas como indicado pelo bloco de controle da Companhia e foram eleitos os Srs. Sergio Ros Brasil Pinto e Luiz Eduardo Bittencourt Freitas, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Renova Energia. O Sr. Sergio Ros Brasil Pinto foi eleito Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Renova Energia.

25.1.2 Sr. Ricardo Lopes Delneri

Conforme Fato Relevante divulgado em 06 de maio de 2022, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Renova Energia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Nesse sentido e, considerando a conclusão da transação entre a Cemig GT e a AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a composição acionária resumida da Renova Energia passará a ser da seguinte forma:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.356.007	47,47%	-	0,00%	26.356.007	24,07%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	27,22%	0	0,00%	15.115.371	13,81%
Caetité Participações	10.356.384	18,65%	-	0,75%	10.763.179	9,83%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
Outros Acionistas	29.165.861	52,53%	53.958.180	100,00%	83.124.041	75,93%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,75%	406.795	0,37%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Ricardo Lopes Delneri	7.215.870	13,00%	15.126.315	28,03%	22.342.185	20,41%
Outros	13.776.326	24,81%	28.058.609	52,00%	41.834.935	38,21%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,75%	109.480.048	100,37%

¹ Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

25.2 Venda de ativos

25.2.1 UPI Enerbras

Em 06 de junho de 2022 a controladora indireta Renova Energia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada ("UPI") Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a controladora indireta Renova Energia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da parte relacionada Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda ("Vinci"), pelo valor de R\$ 265.800.

O montante correspondente a 8% do preço (Parcela de Garantia – 3% e Parcela Diferida 5%) permanecerá reservado para eventuais ajustes de preço, dentro do prazo máximo de 06 meses, em decorrência de determinadas condicionantes previstas no Contrato de Compra e Venda.

Em 11 de julho de 2022 a controladora indireta Renova Energia recebeu o montante de R\$29.606 referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida.

Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela controladora indireta Renova Energia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228.124; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais do Grupo Renova.

25.2.2 UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a controladora indireta Renova Energia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A controladora indireta Renova Energia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a controladora indireta Renova Energia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais do Grupo Renova.

25.3 Operação comercial dos parques eólicos

Em 16 de dezembro de 2022 o Grupo Renova Energia comunicou ao mercado que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos marcos do plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

25.4 Autorizações

Em 15 de junho de 2022, a ANEEL pulicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere da parte relacionada Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda – em recuperação judicial para a controlada Centrais Eólicas Unha D’anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D’anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

25.5 Penalidade de multa editalícia - ANEEL

Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$ 27.201, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso.

25.6 Reversão da provisão para redução ao valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia revisou as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Essa revisão foi motivada, principalmente, pelo fato de que todos os parques eólicos foram concluídos e entraram em operação comercial ao longo do ano de 2022, acompanhado do cumprimento de todos os marcos previstos no plano de recuperação judicial do Grupo Renova. Isso representou para o Grupo Renova um passo significativo para geração de recursos provenientes da venda de energia, o que permitiu promover as atualizações das projeções financeiras com maior segurança.

Embora nos estudos realizados para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 já houvesse indicativo de reversão da provisão até então constituída, a Administração da Companhia optou por não a realizar, dado que não existia uma certeza que permitisse atualizar as projeções de caixa, uma vez que as obras ainda não estavam concluídas. Com a entrada em operação comercial dos projetos, a empresa pôde realizar a reversão.

Para calcular o valor recuperável dos ativos imobilizados, a Administração da Companhia utilizou o método do valor em uso, que consiste na metodologia do valor presente dos fluxos de caixa dos projetos considerando uma taxa de desconto nominal (calculada pela metodologia WACC). Como resultado, a revisão das premissas permitiu a reversão do montante de R\$709.543, conforme demonstrado no quadro a seguir. Essa reversão impactou positivamente o resultado de 2022.

Parques	<u>Reversão <i>Impairment</i></u>
LER 2013	383.526
LER 2014	33.081
Mercado Livre	<u>292.936</u>
Total	<u><u>709.543</u></u>

25.7 Homologação aumento de capital da controladora indireta

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora indireta Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora indireta Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora indireta Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

25.8 Movimentação societária

Em 02 de fevereiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou:

- a) aumento de capital no montante de R\$414.739, dos quais R\$41.474 foram destinados à conta de capital social e R\$373.265 à conta de reserva de capital, mediante a emissão de 414.739.274 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização de (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$413.988 e (ii) créditos detidos pela acionista Alto Sertão contra a Companhia conforme previsto no “Termo de Assunção de Dívidas e Capitalização de Crédito”, no valor de R\$751
- b) resgate de 33.256.267 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo valor total de R\$ 6.138 mediante a utilização da Reserva de Capital, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “b” e artigo 44, ambos da Lei das Sociedades por Ações.

Em razão das movimentações mencionadas nos itens a e b, acima, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, passa a ser de R\$ 2.134.909, dividido em 2.502.093.207 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

25.9 Suspensão da liminar Contrato Light

Em 16 de março de 2023, a controladora Renova Energia informou ao mercado que, por meio da decisão publicada no Diário de Justiça Eletrônico, na presente data, o Superior Tribunal de Justiça em sede de Conflito de Competência nº 186210 - SP (2022/0050986-9) revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Lightcom Comercializadora de Energia S.A. em face da parte relacionada Renova Comercializadora, perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato supracitado. A Administração do Grupo Renova Energia está adotando todas as medidas pertinentes para mitigar os impactos da referida decisão.

25.10 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

* * *

Daniel Gallo
Diretor

Emanuela Cabib
Diretora

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
